



Data: 26.04.2020

Título: Os partidos com "ADN autoritário" querem esquecer o passado?

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

Ciências Sociais em Público

Os partidos com “ADN autoritário” querem esquecer o passado? P16/17

Área: 1485cm² / 52%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6817277



Data: 26.04.2020

Título: Os partidos com "ADN autoritário" querem esquecer o passado?

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

O Instituto de Ciências Sociais (ICS) é uma escola da Universidade de Lisboa e um Laboratório Associado do Sistema Científico Nacional dedicado à investigação, aos estudos pós-graduados e à divulgação de ciência nas áreas de Antropologia, Ciência Política, Economia, Geografia, História, Psicologia Social e Sociologia (www.ics.ulisboa.pt). Durante um ano, todos os domingos, investigadoras e investigadores com diferentes formações, idades e percursos académicos partilham o seu trabalho com os leitores do P2

Os partidos com “ADN autoritário” querem esquecer o passado?

Ciências Sociais em Público (IV) Análise

A decisão de manter as celebrações oficiais do 25 de Abril dividiu a classe política. Em democracias pós-autoritárias, as celebrações deste tipo de efemérides revelam tanto a clivagem esquerda-direita quanto a bagagem histórica dos partidos. A presença de “ADN autoritário” é, sob esse ponto de vista, particularmente importante

Por António Luís Dias, Cláudia Generoso de Almeida e Filipa Raimundo

Área: 1485cm² / 52%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6817277



Data: 26.04.2020

Título: Os partidos com "ADN autoritário" querem esquecer o passado?

Pub:

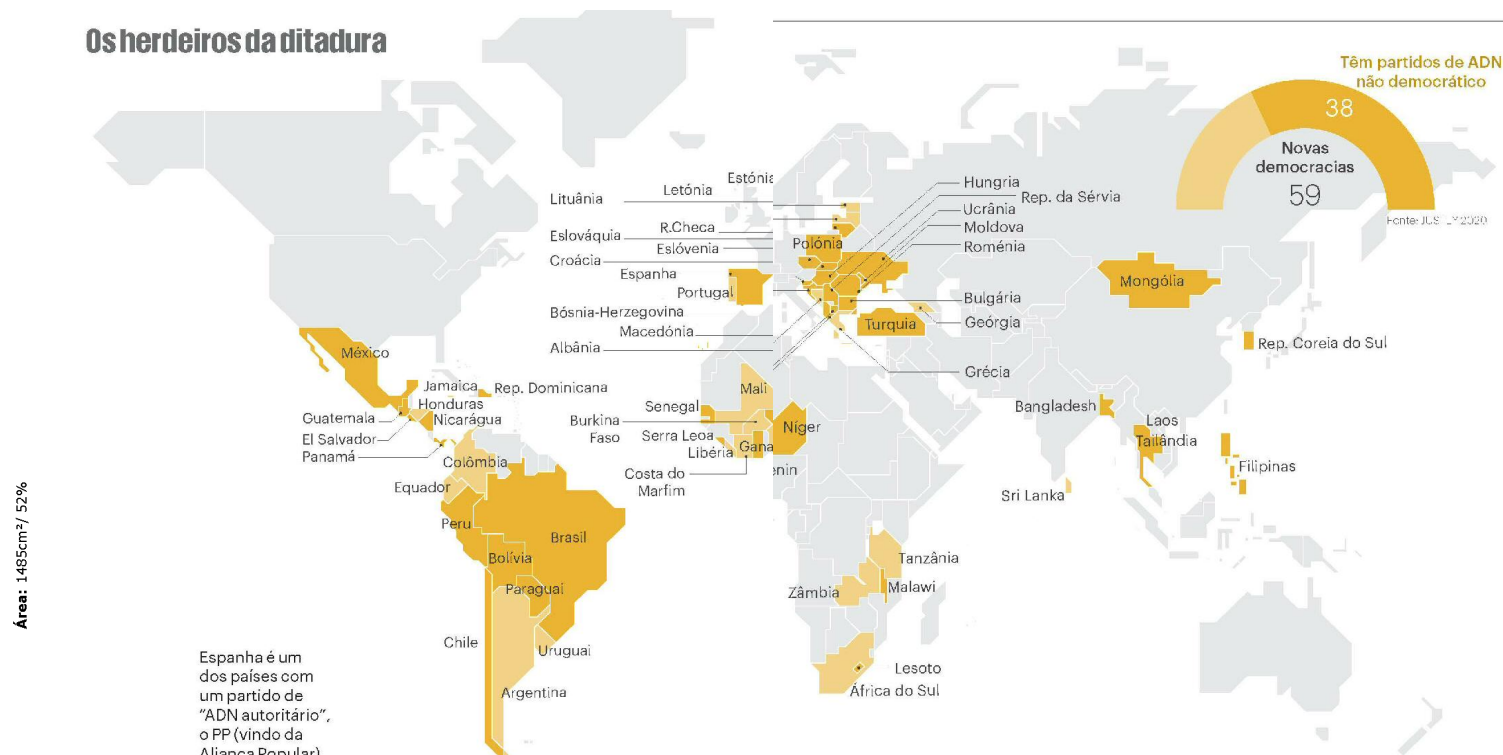


Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

Os herdeiros da ditadura



ID: 6817277

Cores: 4 Cores

FOTO Tiragem: 72.253



Data: 26.04.2020

Título: Os partidos com "ADN autoritário" querem esquecer o passado?

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

Mais de 40 anos após a queda das ditaduras ibéricas, os fantasmas dos seus ditadores continuam a assombrar os dois países. Em Portugal, o eterno debate sobre a possível criação de um museu centrado na figura de António de Oliveira Salazar, em Santa Comba Dão, voltou à agenda em Fevereiro passado, depois de ter sido entregue, na Assembleia da República, uma petição da iniciativa da União de Resistentes Antifascistas Portugueses. Em Espanha, a trasladação do corpo de Francisco Franco, sepultado no Vale dos Caídos, provocou acesos debates dentro e fora do Congresso espanhol ao longo de 2019. Existe, no entanto, uma diferença importante entre ambos países: em Portugal, nenhum partido com assento parlamentar hesitou, até hoje, em condenar a ditadura que antecedeu a atual democracia; em Espanha, as sucessivas tentativas de aprovar uma condenação do franquismo no Congresso e no Senado espanhóis têm sido ora chumbadas, ora aprovadas sem unanimidade. A que se deve esta diferença?

As ditaduras ibéricas nasceram nos anos 30 do século passado, ambas de inspiração fascista, e chegaram ao fim quase em simultâneo, na primeira metade da década de 1970. Contudo, divergem na forma como terminaram: se Portugal assistiu à completa dissolução do partido único do Estado Novo (a União Nacional/Ação Nacional Popular) e ao quase desaparecimento da cena política das mais altas figuras do regime após o 25 de abril de 1974, Espanha viu nascer, pouco depois da morte de Franco, a 20 de novembro de 1975, um novo partido, a Aliança Popular (hoje Partido Popular), pelas mãos de destacados ministros franquistas. A presença ou não do que se pode designar de "ADN autoritário" entre os partidos políticos com relevo na cena política nacional é, assim, um dos aspetos que distingue estas duas democracias.

Qual será o padrão mais habitual no mundo? A sobrevivência e criação de partidos com "ADN autoritário" ou o seu desaparecimento? Intuitivamente, podíamos pensar que, uma vez derrubados os regimes não democráticos, as suas elites ficariam de fora do novo jogo político, mas isso está muito longe da realidade, como mostram alguns estudos recentemente publicados por investigadores de universidades norte-americanas, como Harvard, Stanford, Princeton, George Washington, entre outras.

Estes trabalhos, com particular destaque para o de James Loxton (ver texto nestas páginas), têm vindo a revelar quer a surpreendente capacidade de sobrevivência dos partidos que estiveram na base dos regimes autoritários do século XX, quer a criação, já depois da sua queda, de novos partidos compostos por altas figuras desses regimes.

No Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, a equipa do projeto JUSTLY está a procurar perceber de que forma é que a sobrevivência e adaptação destes partidos afeta a capacidade das democracias contemporâneas para lidar com o passado autoritário. Através deste projeto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, a equipa JUSTLY começou por mapear a presença de partidos com "ADN autoritário" no mundo.

Para termos uma ideia da distribuição geográfica destes partidos, mostramos na infografia destas páginas todas as democracias existentes em 2020 que foram precedidas por regimes autoritários (um total de 59), indicando em quais delas existem partidos com "ADN autoritário". Como se pode verificar, estes partidos são de fato a regra e não a exceção nas novas democracias.

Mas que impacto têm os partidos de "ADN autoritário" sobre as políticas da memória? No JUSTLY, procuramos perceber qual o impacto que a presença destes partidos tem sobre as políticas da memória nas suas três vertentes fundamentais: (1) punição dos responsáveis pela perseguição e repressão política cometida durante as ditaduras; (2) reparação simbólica e monetária dos opositores e vítimas dessa perseguição e repressão; e (3) construção de uma memória e narrativa oficiais relativamente a esses regimes.

Todas as democracias que nasceram nos últimos 50 anos adotam políticas da memória. O hipotético Museu Salazar e a trasladação do corpo de Francisco Franco são apenas dois exemplos, mas podemos dar outros. Em Espanha, apesar de pressões internacionais e da sociedade civil, mantém-se em vigor a lei de amnistia aprovada em 1977 e que impede que os responsáveis pela ditadura franquista sejam julgados. No Brasil, cerca de três décadas após o fim da ditadura, foram divulgados os resultados de uma comissão de verdade criada para investigar os crimes da ditadura. Alguns dos responsáveis pela ditadura militar argentina que durou até 1983 foram julgados e condenados há pouco mais de dois anos.



Data: 26.04.2020

Título: Os partidos com "ADN autoritário" querem esquecer o passado?

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

Ou seja, ao contrário do que poderíamos supor, nem todas as democracias apostam na responsabilização e na memorialização e, mesmo quando o fazem, isso pode suceder muitos anos após a queda das ditaduras. Nalguns países o tema está constantemente na agenda, mas não existe vontade política para legislar sobre ele; noutros países existem "erupções" de memória que ocasionalmente conseguem traduzir-se em importantes avanços em matéria de legislação; noutros a legislação vai sendo aprovada, emendada e substituída à medida que mudam os partidos de governo.

Ainda não sabemos exatamente a que se devem essas diferenças, mas a principal hipótese que estamos a analisar através do JUSTLY é que isso pode estar relacionado com a presença e força eleitoral dos partidos com "ADN autoritário".

Tal como mostram os dados que temos vindo a recolher (ver gráfico), existe uma clara diferença na produção de legislação sobre políticas da memória nas 59 democracias que estamos a estudar em função do peso que os partidos com "ADN autoritário" têm nos parlamentos.

O gráfico mostra-nos que as questões sobre o passado autoritário tendem a ser tratadas algum tempo após o início do regime democrático. Mostra-nos também que os partidos com "ADN autoritário" estão dispostos a lidar com o seu passado autoritário, ao contrário do que poderíamos supor. Mesmo quando estes têm uma posição dominante no Parlamento, aprovam leis que podem tanto protegê-los desse

passado como ajudar a processos de reconhecimento e de reparação. O facto de os partidos com "ADN autoritário" contribuírem para a responsabilização dos colaboradores das ditaduras ou para o reconhecimento de quem lutou contra elas é surpreendente.

No entanto, estes partidos com "ADN autoritário" tendem a lidar com o passado apenas na primeira década após a transição, enquanto os restantes partidos estão dispostos a lidar com este assunto por um período mais longo.

Podemos dizer que estes partidos herdeiros da ditadura parecem estar dispostos a legislar sobre a memória da ditadura, mas apenas durante o início da democracia. É nessa fase que parecem procurar demonstrar as suas credenciais democráticas, enquanto tentam arrumar o assunto, para que este não volte para os assombrar.

É claro que não basta olhar para os partidos com "ADN autoritário" para percebermos o porquê e quando das políticas da memória. Os restantes partidos, com ou sem ligação ao passado autoritário, são igualmente importantes neste *puzzle*. Além disso, novos atores como o Vox ou o Chega podem vir a trazer outras dinâmicas a estes debates - porque as políticas da memória são uma forma de lidar com o passado, mas também, ou mesmo acima de tudo, com o presente.

Cientistas políticos membros do Projeto FCT-JUSTLY

"Portugal é um país de extrema importância para os estudos da democratização"

James Loxton é professor na Universidade de Sydney (Austrália) e é um dos principais atuais peritos nos partidos democráticos de origem autoritária. Na sequência de um evento organizado no ICS-ULisboa em Janeiro passado, com o patrocínio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), o investigador falou sobre alguns dos aspectos centrais da investigação que desenvolveu na Universidade de Notre Dame.

A sua investigação constata que a presença de partidos de origem

autoritária é a regra e não a exceção. Este facto surpreendeu-o?

Como cidadão do mundo, essa constatação chocou-me. Fiquei extremamente surpreendido, pois não estava à espera que os números fossem tão elevados. Em quase 3/4 das democracias de terceira vaga [pós-1974] há uma presença proeminente de partidos de origem autoritária e, em cerca de metade desses casos, esses partidos regressam ao poder.

O que é que explica que estes partidos consigam ganhar eleições e formar governos?

Creio que uma grande parte da explicação reside no facto de os regimes autoritários terem frequentemente apoio popular e, com o tempo, as pessoas podem ficar mais nostálgicas em relação aos mesmos. Se somarmos a isso as crises ou fracos desempenhos económicos que os primeiros governos democráticos frequentemente enfrentam, essa pode ser uma boa parte da explicação. E repare-se que muitos dos partidos com origens autoritárias que procuraram reformar-se e adaptar-se ao contexto democrático tiveram bons desempenhos nos primeiros anos após a



Data: 26.04.2020

Título: Os partidos com "ADN autoritário" querem esquecer o passado?

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

queda dos regimes autoritários, mas acabaram por desaparecer.

O sucesso eleitoral destes partidos é uma má notícia para as democracias?

Há exemplos de partidos de origem autoritária que regressam ao poder via eleições democráticas e procuram uma regressão autoritária, mas não são muitos. O único exemplo atual é o caso do Nicarágua, que hoje é considerado um regime autoritário. As boas notícias é que não existem muitos casos desses. São raros os casos em que estes partidos desencadeiam uma rutura total com a democracia, mas isso não quer dizer que não possam ser nocivos. Existem razões válidas para acreditar que estes partidos, tendo em conta que continuam a ser liderados por altos dirigentes do anterior regime, se oponham a julgamentos por violação de direitos humanos e, algumas vezes até, a comissões de verdade. Sabem que, se tal ocorrer, os seus líderes podem acabar na prisão. Se considerarmos que a Justiça Transicional é algo importante, isto é preocupante para a democracia. Outra forma em que podem ser nocivos é pela preservação de aspectos da anterior ditadura. É interessante ver que, algumas vezes, temos uma transição para a democracia, mas que continua a ter vestígios do anterior regime. Estes partidos, no entanto, podem também ser surpreendentemente benéficos para a democracia — nomeadamente, ajudam a incorporar os potenciais *spoilers* no regime democrático. Quero com isto dizer que, na transição para a

democracia, há sempre o risco de os membros do anterior regime e de os seus apoiantes procurarem minar a jovem democracia, pelo que é melhor ter essas pessoas dentro do jogo democrático do que excluídas totalmente. No entanto, é um verdadeiro dilema: por um lado, excluir essas pessoas, pois é importante responsabilizá-las pelas atrocidades, ou, por outro, integrá-las no jogo democrático para que não procurem sabotar o regime.

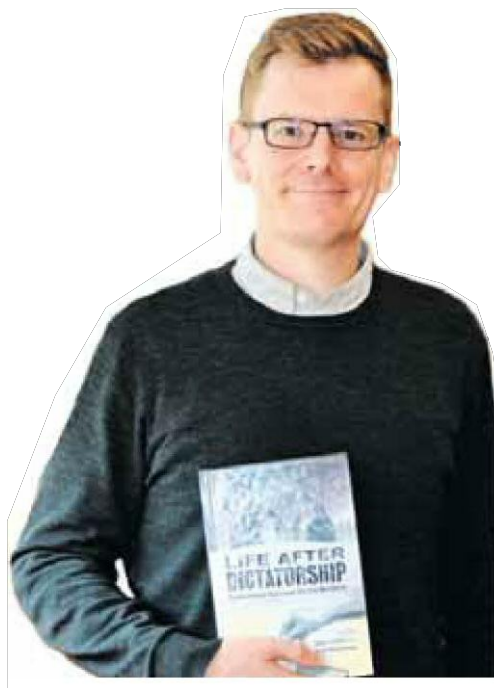
Portugal é uma exceção neste contexto, em que parece não existir nenhum partido com "ADN autoritário".

Porquê esta ausência?

Portugal é um país de extrema importância para os estudos da democratização. Desde logo, terá sempre um lugar especial na história por ter dado o pontapé de saída para a terceira vaga de democratização. A forma como um país faz a sua transição para a

democracia parece ter um grande impacto sobre o potencial de ter um partido de origem autoritária bem sucedido. Um dos aspetos que me parecem relevantes e, aliás, é algo semelhante a outros países como a Grécia ou a Argentina, é que o regime autoritário em Portugal não acabou em muito boas circunstâncias. De facto, perder a guerra é algo muito mau para um regime autoritário, pois tem um impacto na forma como as pessoas o recordam.

**António Luís Dias,
Cláudia Generoso
de Almeida e Filipa
Raimundo**



Área: 1485cm² / 52%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6817277